

ACADEMIA DA FORÇA AEREA

Termo de Referência 148/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
148/2026	120060-ACADEMIA DA FORÇA AEREA	JULIA MAYARA OLIVEIRA LOPES	10/06/2026 10:40 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	135/2026	67510.007663/2026-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, instalação de bombas de dreno quando aplicável, fornecimento de tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, visando atender às necessidades da Academia da Força Aérea, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPOS	ITENS	ESPECIFICAÇÃO	CATSER / CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QT MÍN	QT MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1 – 9.000 BTUs	1	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 9.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.	2020	SV	2	13	R\$ 464,45	R\$ 6.037,81
	2	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 9.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	13	R\$ 1.121,59	R\$ 14.580,63
	3	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4" , adequada para aparelhos de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	627678	M	24	156	R\$ 92,42	R\$ 14.418,04

	4	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/8" , adequada para aparelhos de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	24	156	R\$ 92,42	R\$ 14.418,04
	5	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 1,5 mm² , adequado para aparelhos de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	78	R\$ 32,78	R\$ 2.556,84
	6	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm , com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, compatível com tubulação de 9.000 BTUs, medido por metro linear.	624393	M	12	78	R\$ 2,47	R\$ 192,40
	7	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20 , compatível com tubulação de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	78	R\$ 3,92	R\$ 305,50
GRUPO 2 – 12.000 BTUs	8	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 12.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.	2020	SV	2	30	R\$ 513,30	R\$ 15.399,00
	9	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 12.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	30	R\$ 1.121,59	R\$ 33.647,60
	10	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4" , adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	627678	M	24	360	R\$ 92,42	R\$ 33.272,40
	11	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/8" , adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	24	360	R\$ 92,42	R\$ 33.272,40
	12	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 1,5 mm² , adequado para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	180	R\$ 32,78	R\$ 5.900,40
	13	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm , com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, compatível com tubulação de 12.000 BTUs, medido por metro linear.	624393	M	12	180	R\$ 2,47	R\$ 444,00
	14	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20 , compatível com tubulação de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	180	R\$ 3,92	R\$ 705,00
	15	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 18.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.	2020	SV	2	20	R\$ 595,00	R\$ 11.900,00
	16	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 18.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	20	R\$ 1.121,59	R\$ 22.431,73
		Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração,						

GRUPO 3 – 18.000 BTUs	17	sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4" , adequada para aparelhos de 18.000 BTUs, com medição por metro linear.	627678	M	24	240	R\$ 92,42	R\$ 22.181,60
	18	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 1/2" , adequada para aparelhos de 18.000 BTUs, com medição por metro linear.		M	24	240	R\$ 92,42	R\$ 22.181,60
	19	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 2,5 mm², adequado para aparelhos de 18.000 BTUs , com medição por metro linear.	633303	M	12	120	R\$ 32,78	R\$ 3.933,60
	20	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm , com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, compatível com tubulação de 18.000 BTUs, medido por metro linear.	624393	M	12	120	R\$ 2,47	R\$ 296,00
	21	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20 , compatível com tubulação de 18.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	120	R\$ 3,92	R\$ 470,00
GRUPO 4 – 24.000 BTUs	22	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 24.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.	2020	SV	2	15	R\$ 703,33	R\$ 10.550,00
	23	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 24.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	15	R\$ 1.121,59	R\$ 16.823,80
	24	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8" , adequada para aparelhos de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	24	180	R\$ 92,42	R\$ 16.636,20
	25	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha gás 5/8" , adequada para aparelhos de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	627679	M	24	180	R\$ 92,42	R\$ 16.636,20
	26	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 2,5 mm² , adequado para aparelhos de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	90	R\$ 32,78	R\$ 2.950,20
	27	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm , compatível com tubulação de 24.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	624393	M	12	90	R\$ 2,47	R\$ 222,00
	28	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20 , compatível com tubulação de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	90	R\$ 3,92	R\$ 352,50
	29	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 30.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.	2020	SV	2	26	R\$ 732,00	R\$ 19.032,00

GRUPO 5 – 30.000 BTUs	30	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 30.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	26	R\$ 1.121,59	R\$ 29.161,25
	31	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8" , adequada para aparelhos de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	24	312	R\$ 92,42	R\$ 28.836,08
	32	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 5/8" , adequada para aparelhos de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	627679	M	24	312	R\$ 92,42	R\$ 28.836,08
	33	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 4 mm² , adequado para aparelhos de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	156	R\$ 32,78	R\$ 5.113,68
	34	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm , compatível com tubulação de 30.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	624393	M	12	156	R\$ 2,47	R\$ 384,80
	35	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20 , compatível com tubulação de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	156	R\$ 3,92	R\$ 611,00
GRUPO 6 – 36.000 BTUs	36	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 36.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.	2020	SV	2	24	R\$ 865,00	R\$ 20.760,00
	37	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 36.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	24	R\$ 1.121,59	R\$ 26.918,08
	38	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8" , adequada para aparelhos de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	24	288	R\$ 92,42	R\$ 26.617,92
	39	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/4" , adequada para aparelhos de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	627680	M	24	288	R\$ 92,42	R\$ 26.617,92
	40	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 4 mm² , adequado para aparelhos de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	144	R\$ 32,78	R\$ 4.720,32
	41	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm , compatível com tubulação de 36.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	624393	M	12	144	R\$ 2,47	R\$ 355,20
	42	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN25 , compatível com tubulação de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	144	R\$ 3,92	R\$ 564,00
	43	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 58.000 / 60.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A	2020	SV	2	42	R\$ 1.010,00	R\$ 42.420,00

GRUPO 7 – 58.000 / 60.000 BTUs		instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.						
	44	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 58.000 / 60.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	42	R\$ 1.121,59	R\$ 47.106,64
	45	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8" , adequada para aparelhos de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	24	504	R\$ 92,42	R\$ 46.581,36
	46	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 7/8" , adequada para aparelhos de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	627681	M	24	504	R\$ 92,42	R\$ 46.581,36
	47	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 6 mm² , adequado para aparelhos de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	252	R\$ 32,78	R\$ 8.260,56
	48	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm , compatível com tubulação de 58.000 / 60.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	624393	M	12	252	R\$ 2,47	R\$ 621,60
	49	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN25 , compatível com tubulação de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	252	R\$ 3,92	R\$ 987,00
GRUPO 8 – Instalação em altura – 12.000 BTUs	50	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 12.000 BTUs , incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Inclui execução de serviços em altura elevada, em edificação sem varanda, contemplando utilização de plataforma elevatória, caminhão para içamento, equipamentos de acesso, EPIs e demais medidas de segurança necessárias, em conformidade com a NR-35, NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas aplicáveis.	2020	SV	2	60	R\$ 670,00	R\$ 40.200,00
	51	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 12.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	288560	UN	2	60	R\$ 1.121,59	R\$ 67.295,20
	52	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4" , adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	627678	M	24	720	R\$ 92,42	R\$ 66.544,80
	53	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/8" , adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	624389	M	12	720	R\$ 92,42	R\$ 66.544,80
	54	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 1,5 mm² , adequado para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	633303	M	12	360	R\$ 32,78	R\$ 11.800,80
	55	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm , compatível com tubulação de 12.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	624393	M	12	360	R\$ 2,47	R\$ 888,00
	56	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20 , compatível com tubulação de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	627258	M	12	360	R\$ 3,92	R\$ 1.410,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do item 5.36. do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo sistema do (Compras.gov) e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não continuado.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, mantidas as condições mais vantajosas para a Administração e observados os requisitos legais aplicáveis**

1.5. A minuta da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, bem como na Planilha de Composição de Custos e Preços, nos termos da Instrução Normativa 05/2017.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000030/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 10/06/2025;
- III. Id do item no PCA: 249 e 250
- IV. Classe/Grupo: 853 - 4120 e 873;
- V. Identificador da Futura Contratação: 120060-135/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam **nas páginas 244 a 247** do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, **edição do mês de outubro do ano de 2025**, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

4.1.1. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos

procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

4.1.1.1. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

4.1.1.2. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

4.1.1.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

4.1.1.4. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

4.1.1.5. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.1.1.6. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

4.1.1.7. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente

4.1.1.7.1. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.1.1.7.2. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do item 5.38. do Estudo Técnico Preliminar.

4.3 Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é relevante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 8 h às 15h30min, e às sextas-feiras das 8h às 11h30min.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. **A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.**

Instalação de escritório

~~Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de [indicar o Município/UF], pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

Margem de Preferência

~~3.39. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início do serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, após a recebimento da autorização da Nota de Empenho, servindo esta data como referência para a execução dos serviços nos períodos subsequentes.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução dos serviços compreende instalação de aparelhos de ar-condicionado, fornecimento e instalação de bomba de dreno quando aplicável, fornecimento de tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, observando as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização da Administração.

5.1.2.2. Os serviços são executados sob demanda, conforme emissão de Nota de Empenho, podendo ocorrer de forma parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Academia da Força Aérea.

5.1.2.3. A contratada realiza previamente avaliação técnica do local de instalação, verificando condições estruturais, distâncias entre evaporadora e condensadora, necessidade de execução em altura, infraestrutura elétrica existente, pontos de drenagem, condições de acesso e demais elementos necessários à adequada execução dos serviços.

5.1.2.4. A instalação compreende execução de infraestrutura frigorígena, elétrica e de drenagem, fixação das unidades evaporadora e condensadora, interligações entre equipamentos, execução

de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco, energização, testes operacionais e verificação do pleno funcionamento do equipamento.

5.1.2.5. Os serviços observam as especificações mínimas previstas para cada capacidade de equipamento, incluindo bitolas de tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores, desde que tecnicamente compatíveis e sem ônus adicional à Administração.

5.1.2.6. A tubulação frigorígena utiliza cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, fornecido limpo, desidratado e tampado de fábrica, observando os procedimentos adequados de instalação e estanqueidade compatíveis com sistemas que utilizam gás refrigerante R32.

5.1.2.7. O isolamento térmico utiliza elastômero flexível, polietileno expandido ou equivalente, observando espessuras mínimas definidas neste Termo de Referência e proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol.

5.1.2.8. As instalações elétricas observam a ABNT NBR 5410, incluindo fornecimento de disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, aterramento obrigatório e utilização de cabo flexível multipolar tipo PP 750V, conforme capacidade do equipamento.

5.1.2.9. A drenagem utiliza tubulação em PVC, com caimento contínuo, diâmetro compatível com a capacidade do equipamento e condições adequadas de escoamento da água condensada.

5.1.2.10. Quando aplicável, a contratada realiza fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com a capacidade do equipamento, incluindo acessórios, interligações elétricas e hidráulicas e testes de funcionamento.

5.1.2.11. Nos serviços executados em altura, a contratada utiliza plataforma elevatória, caminhão para içamento, dispositivos de acesso, EPIs, sistemas de proteção e demais medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, observando integralmente NR-35, NR-10, NR-06 e demais normas aplicáveis.

5.1.2.12. A execução dos serviços ocorre em dias e horários previamente alinhados com a Administração, de forma a minimizar impactos às atividades administrativas, acadêmicas e operacionais da Academia da Força Aérea.

5.1.2.13. Após conclusão de cada serviço, a contratada realiza limpeza do local, retirada de resíduos, sobras de materiais, embalagens e demais elementos decorrentes da execução, promovendo destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

5.1.2.14. A contratada mantém durante toda a execução contratual equipe tecnicamente capacitada, ferramental adequado, equipamentos compatíveis e condições operacionais suficientes ao cumprimento integral das demandas emitidas pela Administração.

5.1.2.15. A fiscalização acompanha a execução dos serviços, podendo solicitar correções, ajustes, substituições de materiais, reapresentação de serviços ou complementações necessárias ao pleno atendimento das especificações técnicas e padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Estrada de Aguai, S/N - Campo Fontenelle, Pirassununga - SP, 13643-000

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 08h00 às 16h00min, de segunda a quinta-feira e das 08h00 às 12h00min às sextas-feiras.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. A contratada observa, durante toda a execução contratual, as rotinas operacionais, administrativas, técnicas e de segurança necessárias ao adequado cumprimento do objeto, conforme disposições deste Termo de Referência e orientações da fiscalização da Administração.

5.4.1.1. receber e analisar as Ordens de Serviço emitidas pela Administração, observando prazos, locais, quantitativos e especificações técnicas aplicáveis;

5.4.1.1. realizar avaliação prévia do local de instalação, verificando condições estruturais, disponibilidade elétrica, pontos de drenagem, necessidade de execução em altura, condições de acesso e demais requisitos necessários à adequada execução dos serviços;

5.4.1.1. disponibilizar equipe tecnicamente capacitada, equipamentos, ferramentas, EPIs e materiais necessários à execução integral dos serviços;

5.4.1.1. executar os serviços conforme normas técnicas aplicáveis, especificações deste Termo de Referência e boas práticas do segmento de climatização;

5.4.1.1. realizar instalação das unidades evaporadora e condensadora, infraestrutura frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e sistema de drenagem, observando os padrões mínimos estabelecidos para cada capacidade de equipamento;

5.4.1.1. executar vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, testes de estanqueidade, energização e testes operacionais necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;

5.4.1.1. realizar aterramento e instalação elétrica em conformidade com a ABNT NBR 5410, utilizando disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento;

5.4.1.1. utilizar materiais compatíveis com sistemas de climatização que utilizam gás refrigerante R32;

5.4.1.1. observar integralmente as normas de segurança aplicáveis, especialmente NR-10, NR-35, NR-06 e demais regulamentações pertinentes;

5.4.1.1. executar os serviços em altura utilizando equipamentos de acesso, plataformas elevatórias, dispositivos de proteção coletiva e individual e demais medidas de segurança necessárias;

5.4.1.1. manter comunicação permanente com a Administração acerca do andamento dos serviços, intercorrências, necessidades de ajuste e cronogramas de execução;

5.4.1.1. substituir materiais, refazer serviços ou corrigir falhas identificadas, sem ônus adicional para a Administração;

5.4.1.1. realizar limpeza dos locais após conclusão dos serviços, promovendo retirada de resíduos, embalagens, sobras de materiais e demais elementos decorrentes da execução;

5.4.1.1. promover destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, observando a legislação ambiental vigente e diretrizes de sustentabilidade aplicáveis;

5.4.1.1. preservar instalações, equipamentos, mobiliários e estruturas da Administração durante toda a execução contratual;

5.4.1.1. comparecer às reuniões técnicas, de alinhamento e acompanhamento convocadas pela Administração, especialmente reunião inicial de alinhamento após homologação da licitação e assinatura da Ata de Registro de Preços;

5.4.1.1. manter, durante toda a execução contratual, condições de habilitação, capacidade técnica e estrutura operacional compatíveis com a execução do objeto contratado.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Planilha de Composição de Custos e Preços, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Constituem materiais e equipamentos mínimos necessários à execução dos serviços:

5.4.1.1. atubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente;

5.4.1.1. isolamento térmico em elastômero flexível, polietileno expandido ou equivalente;

5.4.1.1. cabeamento elétrico flexível multipolar tipo PP 750V;

5.4.1.1. tubulação de drenagem em PVC ;

5.4.1.1. bomba de dreno compatível com a capacidade do equipamento, quando aplicável;

5.4.1.1. disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento;

5.4.1.1. suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento;

5.4.1.1. conjunto de ferramentas específicas para refrigeração, elétrica e instalação;

5.4.1.1. bomba de vácuo, manifold, vacuômetro, cilindro de nitrogênio, reguladores e equipamentos para teste de estanqueidade;

5.4.1.1. equipamentos de acesso e execução em altura, incluindo plataforma elevatória, dispositivos de içamento e escadas, quando aplicável;

5.4.1.1. equipamentos de proteção individual e coletiva necessários à execução dos serviços;

5.4.1.1. equipamentos e instrumentos necessários à realização de testes operacionais e verificação do funcionamento dos sistemas instalados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A demanda da Administração é estimada com base em instalações de aparelhos de ar-condicionado de diferentes capacidades, incluindo fornecimento de materiais e execução dos serviços correlatos, conforme quantitativos estimados neste Termo de Referência.

5.5.2. A contratação é estruturada por grupos de capacidade dos equipamentos, contemplando separadamente os serviços de instalação, fornecimento e instalação de bomba de dreno quando aplicável, fornecimento de tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, visando maior precisão na medição e pagamento dos materiais efetivamente utilizados.

5.5.3. As propostas deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e demais insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

5.5.4. As propostas deverão considerar os custos relacionados à execução de serviços em altura, incluindo utilização de plataforma elevatória, caminhão para içamento, equipamentos de acesso, EPIs, dispositivos de proteção coletiva e individual e demais medidas de segurança necessárias à execução dos serviços.

5.5.5. As licitantes deverão apresentar declaração expressa na proposta de preço de que os valores ofertados contemplam integralmente todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles relacionados aos serviços executados em altura e às exigências de segurança aplicáveis.

5.5.6.. Os quantitativos estimados possuirão caráter referencial, podendo ocorrer variações conforme as necessidades da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços, respeitados os limites legais e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificar o cumprimento das especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade, normas de segurança e requisitos previstos neste Termo de Referência, especialmente quanto à instalação dos equipamentos, execução da infraestrutura frigorígena, elétrica e de drenagem.

6.16.2. Acompanhar a correta utilização dos materiais especificados, incluindo tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico, tubulação de drenagem, bombas de dreno e demais insumos empregados na execução dos serviços.

6.16.3. Fiscalizar o cumprimento das exigências ambientais e de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto:

6.16.3.1. à destinação ambientalmente adequada de resíduos, embalagens, sobras de materiais e demais rejeitos oriundos da execução dos serviços;

6.16.3.2. à prevenção de vazamentos e liberações inadequadas de fluidos refrigerantes;

6.16.3.3. à observância das boas práticas ambientais aplicáveis aos sistemas de climatização;

6.16.3.4. à utilização de materiais e procedimentos compatíveis com os requisitos de eficiência energética e sustentabilidade previstos na contratação.

6.16.4. Verificar o cumprimento das normas de segurança aplicáveis à execução dos serviços, especialmente NR-10, NR-35, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas pertinentes.

6.16.5. Acompanhar os serviços executados em altura, verificando a utilização adequada de EPIs, equipamentos de acesso, plataformas elevatórias, dispositivos de proteção coletiva e demais medidas de segurança necessárias à execução dos serviços.

6.16.6. Verificar a realização dos testes operacionais, execução de vácuo, testes de estanqueidade, energização e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos instalados.

6.16.7. Registrar ocorrências, falhas, inconformidades, atrasos ou irregularidades identificadas durante a execução contratual, promovendo as notificações e medidas administrativas cabíveis.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.28.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

- 6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.42. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo a este Termo.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Os serviços efetivamente realizados;

7.5.2. As glosas decorrentes de serviços não realizados nos termos dos contratos;

7.5.3. As multas impostas decorrentes de sanções aplicadas;

7.5.4. As avaliações aos serviços observarão o IMR.

7.5.5. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA/IBGE)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.49. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.50 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado :

7.50.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A20] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.56.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **[indicar o índice a ser adotado]**, com base na seguinte fórmula[A21] :

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

- 7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A22] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento .

Reajuste

- 7.77. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base na convenção coletiva de trabalho da categoria.
- 7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta Depósito Vinculada

7.87. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.89. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.90. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.91. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.92. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.93. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja

movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 7.93.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 7.93.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 7.93.3. Multa sobre o FGTS; e
- 7.93.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.94. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.95. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.96. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.97. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.98. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.99. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.100. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.101. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.**

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação..

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (hum) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação..

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (hum) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de proposta elaborada pela Administração, anexo deste Termo de Referência, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4.1. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.4.1.2. custos unitários relevantes dos itens.

9.4.1.3. **O licitante deverá apresentar junto com a proposta de preços, a relação da equipe técnica que atuará na execução dos serviços, acompanhada dos respectivos certificados de capacitação em NR-10 para os profissionais responsáveis pelas atividades elétricas e NR-35 para os profissionais que executarem serviços em altura, observando a validade e compatibilidade das certificações com as atividades desempenhadas.**

9.5. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.5.1. Valores unitários: conforme modelo de proposta anexa a este Termo de Referência.

9.6. As propostas deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, equipamentos de acesso, EPIs, execução de serviços em altura e demais insumos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

9.7. As licitantes deverão apresentar declaração expressa na proposta, conforme modelo do Termo de Referência, de que os valores ofertados consideram integralmente todas as condições de execução previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto aos serviços executados em altura, utilização de plataforma elevatória, equipamentos de içamento, dispositivos de acesso, medidas de segurança e demais exigências técnicas aplicáveis.

9.8. Nos casos em que a proposta apresente indícios de inexequibilidade, o Pregoeiro poderá realizar diligências para verificação da viabilidade econômica da execução do objeto, podendo solicitar planilhas de composição de custos, ou quaisquer outros documentos aptos à demonstração da exequibilidade da proposta.

9.9. Serão desclassificadas as propostas que:

9.9.1. apresentarem preços inexequíveis;

9.9.2. não demonstrarem viabilidade operacional de execução;

9.9.3. deixarem de comprovar a exequibilidade quando solicitado pelo Pregoeiro;

9.9.4. apresentarem incompatibilidade entre os preços ofertados e os custos mínimos necessários à adequada execução do objeto; e

9.9.5. que não virem acompanhada da relação da equipe técnica acompanhada dos certificados de NR-10 para atividades elétricas e NR-35 para serviços em altura.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 05% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.**
- 9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

~~Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

~~Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. Os atestados apresentados deverão comprovar execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em quantitativos e características técnicas semelhantes, admitindo-se o somatório de atestados, correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor global da proposta apresentada pela licitante.

9.41.1.2. Nos casos em que houver indícios de inexequibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá realizar diligências para verificação da efetiva capacidade operacional da licitante, podendo solicitar documentação complementar apta à comprovação da execução real dos serviços constantes dos atestados apresentados.

9.41.1.2.1. Para fins da diligência prevista no subitem anterior, poderão ser solicitados documentos complementares, tais como notas fiscais, contratos, ordens de serviço ou documentos equivalentes, emitidos anteriormente à data da solicitação da diligência.

9.41.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- 9.54.6.1. ata de fundação;
- 9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

9.55 O licitante deverá declarar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 988.477,50 (novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11.4. Conforme Art. 17 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a indicação de disponibilidade de créditos orçamentários será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil no caso de contratação por Sistema de Registro de Preços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Pirassununga/SP. Data conforme assinatura eletrônica.

Assinado eletronicamente
ROBSON WILLIAM OLIVA **PEREZ** 3S QESA
Membro da Comissão de Planejamento

Assinado eletronicamente
RAFAEL EDUARDO **RIGAMONTI** 1º TEN QOCON ELT
Membro da Comissão de Planejamento

Assinado eletronicamente
JÚLIA MAYARA OLIVEIRA LOPES Cap QOENG QUI
Membro da Comissão de Planejamento

Despacho: O presente Termo de Referência foi aprovado pela autoridade competente, conforme item 2.1.22. do Manual de Contratações Públicas do COMAER.

Assinado eletronicamente
WELLINGTON MARCELO **FERNANDES** Cel QOINT
Ordenador de Despesas Delegado da AFA

Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Anexo II - Termo de Ciência e Concordância

Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços ;

Anexo V - Modelo de Atestado Capacidade Técnica;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Vistoria ou de Opção por não Realizar Vistoria; e

Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar (ETP).

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 8 (oito) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 8 (oito) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[]

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço (s));

~~4.1.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

4.1.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

4.1.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]

4.1.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

4.1.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.1.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.1.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.3. florestas plantadas; e

4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.47. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.48. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.1.56. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Carlos, Seção Judiciária de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III

Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)



INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

FINALIDADE

O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por finalidade disciplinar os critérios de avaliação da execução dos serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, estabelecendo indicadores objetivos de desempenho, formas de acompanhamento, metodologias de aferição e mecanismos de ajuste relacionados à qualidade dos serviços prestados.

Trata-se de instrumento destinado a assegurar a adequada execução da Ata de Registro de Preços, promovendo maior eficiência, controle e padronização dos serviços executados no âmbito da Academia da Força Aérea (AFA).

JUSTIFICATIVA

Os serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado possuem relevante impacto sobre o conforto térmico, a conservação dos equipamentos e a continuidade das atividades administrativas e acadêmicas da AFA, exigindo acompanhamento técnico adequado durante sua execução.

Nesse contexto, a instituição de indicadores objetivos de desempenho permite:

- mensuração da qualidade dos serviços prestados;
- identificação tempestiva de falhas de execução;
- padronização dos procedimentos técnicos;
- melhoria contínua dos serviços executados; e
- fortalecimento da governança da contratação.

Os indicadores estabelecidos neste IMR possuem caráter preventivo e corretivo, permitindo o acompanhamento da execução pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Qualidade da Instalação

Finalidade: Garantir a correta instalação dos equipamentos e o pleno funcionamento do sistema.

Meta: 100% dos equipamentos instalados em perfeito funcionamento.

Instrumento: Verificação técnica e testes de funcionamento.

Periodicidade: Por instalação executada.

Faixas de Ajuste:

- 1 ocorrência de falha = 2 pontos;
- 2 a 3 ocorrências = 5 pontos;
- acima de 3 ocorrências = 10 pontos.

Atendimento ao Prazo de Execução

Finalidade: Garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração.

Meta: Execução dentro do prazo solicitado.

Instrumento: Controle de Ordens de Serviço.

Periodicidade: Por demanda executada.

Faixas de Ajuste:

- até 1 dia de atraso = 2 pontos;
- 2 a 5 dias de atraso = 5 pontos;
- acima de 5 dias de atraso = 10 pontos.

Utilização de Equipamentos de Segurança

Finalidade: Garantir a execução segura dos serviços, especialmente em atividades realizadas em altura.

Meta: 100% de conformidade.

Instrumento: Verificação da fiscalização administrativa e técnica.

Periodicidade: Durante a execução dos serviços.

Faixas de Ajuste:

- 1 ocorrência = 3 pontos;
- 2 a 4 ocorrências = 6 pontos;

- acima de 4 ocorrências = 10 pontos.

Qualidade dos Materiais Utilizados

Finalidade: Garantir que os materiais empregados estejam compatíveis com as especificações técnicas exigidas.

Meta: 100% dos materiais em conformidade.

Instrumento: Conferência técnica da instalação e dos materiais empregados.

Periodicidade: Por instalação executada.

Faixas de Ajuste:

- 1 ocorrência = 3 pontos;
- 2 a 3 ocorrências = 6 pontos;
- acima de 3 ocorrências = 10 pontos.

Atendimento às Solicitações da Administração

Finalidade: Avaliar a tempestividade no atendimento das demandas encaminhadas pela Administração.

Meta: Atendimento integral dentro dos prazos estabelecidos.

Instrumento: Registros formais de comunicação.

Periodicidade: Mensal.

Faixas de Ajuste:

- 1 a 2 ocorrências = 2 pontos;
- 3 a 5 ocorrências = 5 pontos;
- acima de 5 ocorrências = 10 pontos.

AJUSTE DE PAGAMENTO

A soma dos pontos obtidos na aferição da execução dos serviços determinará o percentual de pagamento devido à contratada, conforme abaixo:

Pontuação: até 3 pontos

Pagamento devido: 100%

Fator de ajuste: 1,00

Pontuação: 4 a 14 pontos

Pagamento devido: 99%

Fator de ajuste: 0,99

Pontuação: 15 a 20 pontos

Pagamento devido: 98%

Fator de ajuste: 0,98

Pontuação: 21 a 30 pontos

Pagamento devido: 97%

Fator de ajuste: 0,97

Pontuação: 31 a 40 pontos

Pagamento devido: 96%

Fator de ajuste: 0,96

Pontuação: 41 a 70 pontos

Pagamento devido: 95%

Fator de ajuste: 0,95

Pontuação: acima de 70 pontos

Pagamento devido: 94%

Fator de ajuste: 0,94

Fórmula:

Valor devido = Valor previsto para os serviços executados x Fator de ajuste

O IMR aqui delineado representa ferramenta essencial de governança da contratação, capaz de assegurar a adequada execução dos serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado no âmbito da Academia da Força Aérea.

Ao vincular o pagamento ao desempenho efetivamente entregue, a Administração:

- **mensura objetivamente a qualidade dos serviços prestados;**
- **protege o erário contra pagamentos indevidos ou incompatíveis com a execução;**
- **induz a contratada à correção tempestiva de falhas;**
- **reforça a transparência e a rastreabilidade da gestão da Ata; e**
- **fortalece a eficiência, a segurança e a qualidade da execução contratual.**

Pirassununga/SP. Data conforme assinatura eletrônica.

Elaborado por:

Assinado eletronicamente

ROBSON WILLIAM OLIVA PEREZ 3S QESA
Membro da Comissão de Planejamento

Assinado eletronicamente

RAFAEL EDUARDO RIGAMONTI 1º TEN QOCON ELT
Membro da Comissão de Planejamento

Assinado eletronicamente

JÚLIA MAYARA OLIVEIRA LOPES Cap QOENG QUI
Membro da Comissão de Planejamento

16. ANEXO IV

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços

Ref.: Pregão Eletrônico nº /202_

(nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ nº _____, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (nome completo), infra-assinado(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ SSP/ e do CPF nº _____, vem apresentar a presente proposta de preços para o objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, instalação de bombas de dreno quando aplicável, fornecimento de tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, visando atender às necessidades da Academia da Força Aérea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202.

(*) A licitante deverá inserir obrigatoriamente no sistema Compras.gov.br os valores unitários e totais dos itens /grupos cotados, os quais serão considerados para fins de classificação e aceitabilidade da proposta.

GRUPO	VALOR TOTAL
Grupo 1 – 9.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 2 – 12.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 3 – 18.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 4 – 24.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 5 – 30.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 6 – 36.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 7 – 58.000 / 60.000 BTUs	R\$ _____
Grupo 8 – Instalação em altura – 12.000 BTUs	R\$ _____

PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA

O valor global da proposta é de:

R\$ _____ (_____).

PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS DE CADA ITEM DA PROPOSTA

GRUPOS	ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

		<p>Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 9.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação</p>				
	1		SV	23		

GRUPO 1 – 9.000 BTUs		frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	2	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 9.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	23		
	3	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4", adequada para aparelhos de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	276		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	4	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/8", adequada para aparelhos de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	276		
	5	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 1,5 mm², adequado para aparelhos de 9.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	138		
	6	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, compatível com tubulação de 9.000 BTUs, medido por metro linear.	M	138		
	7	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20, com medição por metro linear.	M	138		

		<p>Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 12.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação</p>				
	8		SV	37		

GRUPO 2 – 12.000 BTUs		frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	9	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 12.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	37		
	10	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4", adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	444		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	11	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/8", adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	444		
	12	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 1,5 mm², adequado para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	222		
	13	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, compatível com tubulação de 12.000 BTUs, medido por metro linear.	M	222		
	14	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20, com medição por metro linear.	M	222		

		<p>Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 18.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação</p>				
	15		SV	25		

GRUPO 3 – 18.000 BTUs		frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	16	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 18.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	25		
	17	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4", adequada para aparelhos de 18.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	300		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	18	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 1/2", adequada para aparelhos de 18.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	300		
	19	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 2,5 mm², adequado para aparelhos de 18.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	150		
	20	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 9 mm, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, compatível com tubulação de 18.000 BTUs, medido por metro linear.	M	150		
	21	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20, com medição por metro linear.	M	150		

		Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 24.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação				
	22		SV	20		

GRUPO 4 – 24.000 BTUs		frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	23	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 24.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	20		
	24	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8", adequada para aparelhos de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	240		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	25	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha gás 5/8", adequada para aparelhos de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	240		
	26	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 2,5 mm², adequado para aparelhos de 24.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	120		
	27	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm, compatível com tubulação de 24.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	M	120		
	28	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20, com medição por metro linear.	M	120		

		<p>Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 30.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação</p>				
	29		SV	26		

GRUPO 5 – 30.000 BTUs		frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	30	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 30.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	26		
	31	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8", adequada para aparelhos de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	312		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	32	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 5/8", adequada para aparelhos de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	312		
	33	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 4 mm², adequado para aparelhos de 30.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	156		
	34	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm, compatível com tubulação de 30.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	M	156		
	35	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20, com medição por metro linear.	M	156		

		<p>Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 36.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da tubulação</p>				
	36		SV	24		

GRUPO 6 – 36.000 BTUs		frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	37	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 36.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	24		
	38	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8", adequada para aparelhos de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	288		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	39	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/4", adequada para aparelhos de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	288		
	40	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 4 mm², adequado para aparelhos de 36.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	144		
	41	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm, compatível com tubulação de 36.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	M	144		
	42	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN25, com medição por metro linear.	M	144		

		<p>Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 58.000 / 60.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação compreende a aplicação da</p>				
	43		SV	42		

GRUPO 7 – 58.000 / 60.000 BTUs		tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Os serviços observam os requisitos da NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.				
	44	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 58.000 / 60.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	42		
	45	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 3/8", adequada para aparelhos de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	504		

46	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 7/8", adequada para aparelhos de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	504		
47	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 6 mm², adequado para aparelhos de 58.000 / 60.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	252		
48	Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura mínima de 10 mm, compatível com tubulação de 58.000 / 60.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	M	252		
	Fornecimento de tubo PVC para drenagem				

	49	DN25, com medição por metro linear.	M	252		
	50	Serviço de instalação com fornecimento de materiais (exceto tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem). Prestação de serviço de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split ou tecnologia equivalente, capacidade de 12.000 BTUs, incluindo mão de obra especializada, disjuntor termomagnético dedicado compatível com a corrente nominal do equipamento, sistema de aterramento conforme ABNT NBR 5410, suportes, elementos de fixação, materiais de vedação e acabamento, execução de vácuo no sistema, brasagem com purga de nitrogênio, teste de estanqueidade com nitrogênio seco e testes de funcionamento. A instalação	SV	66		

GRUPO 8 – Instalação em altura – 12.000 BTUs		compreende a aplicação da tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, os quais são fornecidos e medidos por itens específicos. Inclui execução de serviços em altura elevada, em edificação sem varanda, contemplando utilização de plataforma elevatória, caminhão para içamento, equipamentos de acesso, EPIs e demais medidas de segurança necessárias, em conformidade com a NR-35, NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas aplicáveis.				
	51	Fornecimento e instalação de bomba de dreno compatível com aparelho de 12.000 BTUs, incluindo acessórios e testes de funcionamento, quando aplicável.	UN	66		
		Fornecimento de tubulação frigorígena				

	52	em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de líquido 1/4", adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	792		
	53	Fornecimento de tubulação frigorígena em cobre para refrigeração, sem costura, desoxidado e recozido, conforme ASTM B280 ou equivalente, composta por linha de gás 3/8", adequada para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	792		
	54	Fornecimento de cabo flexível multipolar tipo PP, 750V, 4 x 1,5 mm², adequado para aparelhos de 12.000 BTUs, com medição por metro linear.	M	396		
		Fornecimento de tubo isolante térmico em elastômero flexível ou polietileno expandido, espessura				

	55	mínima de 9 mm, compatível com tubulação de 12.000 BTUs, com proteção UV obrigatória em trechos expostos ao sol, medido por metro linear.	M	396		
	56	Fornecimento de tubo PVC para drenagem DN20, com medição por metro linear.	M	396		

DADOS GERAIS E BANCÁRIOS

Validade da proposta (mínimo de 90 dias): _____

Banco: _____

Agência: _____

Conta-corrente: _____

(Os dados bancários poderão ser informados na fase de contratação.)

DECLARAÇÕES

Declaramos que os valores constantes na presente proposta contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e demais insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

Declaramos, ainda, que os valores propostos consideram a execução dos serviços em altura, abrangendo todos os custos, equipamentos, dispositivos de acesso, EPIs e medidas de segurança necessárias à sua realização, em conformidade com as normas vigentes, especialmente NR-35, NR-10, NR-06, ABNT NBR 5410 e demais normas aplicáveis.

Declaramos que os itens cotados atendem integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

(**Localidade**), ____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante legal

Telefone: _____

E-mail: _____

OBSERVAÇÕES:

- Este modelo possui caráter orientativo e tem por finalidade facilitar a elaboração da proposta pelas licitantes, sendo admitidas adaptações, desde que mantido o conteúdo mínimo exigido no Edital.
- A proposta deverá ser anexada no sistema quando da convocação do Pregoeiro.
- Os valores propostos incluem todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento das condições de execução dos serviços.

17. ANEXO V

Anexo V - Modelo de Atestado Capacidade Técnica

Atestado de Capacidade Técnico-Operacional

Ref.: Pregão Eletrônico nº /20

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, instalação de bombas de dreno quando aplicável, fornecimento de tubulação frigorígena, cabeamento elétrico, isolamento térmico e tubulação de drenagem, visando atender às necessidades da Academia da Força Aérea.

(nome empresarial ou nome do órgão/entidade pública emitente do atestado) _____ inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____ (nº de inscrição) _____, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, ATESTA, para os devidos fins, que a, (nome empresarial da favorecida) inscrita no CNPJ nº _____: com sede na _____ (nº de inscrição) _____, (endereço completo) _____ executa (ou) para esta empresa, os serviços abaixo especificados:

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

- Instalação de aparelhos de ar-condicionado das seguintes capacidades: _____
- Execução de tubulação frigorígena em cobre;
- Execução de infraestrutura elétrica;
- Execução de drenagem;
- Instalação em altura de aparelhos de ar-condicionado das seguintes capacidades: _____

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

- Início: _____
- Término: _____

VALOR DOS SERVIÇOS:

- Instalação de aparelhos de ar-condicionado de _____ BTUs: R\$ _____
- Execução de tubulação frigorígena em cobre: R\$ _____
- Execução de infraestrutura elétrica: R\$ _____
- Execução de drenagem: R\$ _____
- Instalação em altura de aparelhos de ar-condicionado de _____ BTUs: R\$ _____

QUANTITATIVOS EXECUTADOS:

- Instalação de aparelhos de ar-condicionado de diferentes capacidades: _____
- Execução de tubulação frigorígena em cobre: _____
- Execução de infraestrutura elétrica: _____
- Execução de drenagem: _____
- Instalação de equipamentos em altura: _____

Atestamos, ainda, que tais serviços estão sendo/foram executados satisfatoriamente, não constando, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

_____, ____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal)

Telefone/fax/e-mail para eventual contato:

Observações:

a) Este modelo de Atestado de Capacidade Técnica possui caráter meramente exemplificativo, podendo a licitante apresentar modelo próprio, desde que contenha todas as informações consideradas necessárias à comprovação da capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação.

b) A ausência de informações relevantes relativas aos serviços executados, quantitativos, características técnicas, período de execução, identificação das partes ou demais elementos necessários à validação do documento poderá ensejar diligência, não aceitação do atestado ou inabilitação da licitante, conforme o caso.

c) O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificação da autenticidade e efetiva execução dos serviços constantes dos atestados apresentados, podendo solicitar documentação complementar, tais como notas fiscais, contratos, ordens de serviço ou documentos equivalentes.

d) Os documentos complementares eventualmente solicitados em diligência deverão possuir emissão anterior à data da solicitação realizada pelo Pregoeiro.

e) Somente serão aceitos atestados referentes a serviços efetivamente executados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

f) Os atestados poderão ser apresentados por meio do somatório de documentos, desde que demonstrem compatibilidade com o objeto da contratação e correspondam, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do valor global da proposta apresentada pela licitante.

18. ANEXO VI

Anexo VI – Modelo de Declaração de Vistoria ou de Opção por não Realizar Vistoria

Declaração de Vistoria ou de Opção por não Realizar Vistoria

Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/202X

Declaro que a empresa_(nome empresarial da licitante) _____ inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____ (nº de inscrição) _____, (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, que

realizou vistoria nas instalações e áreas internas da Academia da Força Aérea (AFA), na data __de __ de 202X,

(ou) que dispensou a realização de vistoria nas instalações e áreas internas da Academia da Força Aérea (AFA), pois tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho.

Assume, assim, total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Academia da Força Aérea.

_____, ____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal)

19. ANEXO VII

Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar (ETP)

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WELLINGTON MARCELO FERNANDES

Ordenador de Despesas Delegado da AFA

JULIA MAYARA OLIVEIRA LOPES

Membro da Comissão de Planejamento

RAFAEL EDUARDO RIGAMONTI

Membro da Comissão de Planejamento

ROBSON WILLIAM OLIVA PEREZ

Membro da Comissão de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR_120060-000148-2026
Data/Hora de Criação:	10/06/2026 14:08:23
Páginas do Documento:	81
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	82
Hash MD5:	5aa627023e100a93cfde49fe7bc7f939
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JÚLIA MAYARA OLIVEIRA LOPES no dia 10/06/2026 às 11:21:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RAFAEL EDUARDO RIGAMONTI no dia 10/06/2026 às 11:23:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ROBSON WILLIAM OLIVA PEREZ no dia 10/06/2026 às 12:51:09 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WELLINGTON MARCELO FERNANDES no dia 15/06/2026 às 10:57:36 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO